

FACILIDADES *VERSUS* PREJUÍZOS

GOLPES: CUIDADOS PARA SE PROTEGER

▶▶ Leia na página 8

NR-1 vai além da conformidade para se tornar o novo pilar da segurança jurídica

A atualização da norma redefine o gerenciamento de riscos e exige que gestores antecipem passivos trabalhistas por meio de uma governança mais robusta e estratégica

Empresários brasileiros começam a rever contratos, políticas internas e rotinas de gestão diante das atualizações da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata das diretrizes gerais de segurança e saúde no trabalho. As mudanças ampliam a exigência de gestão preventiva de riscos ocupacionais e aumentam a responsabilidade jurídica das empresas em relação à saúde física e mental dos trabalhadores, tema que tem recebido atenção crescente do Judiciário e dos órgãos de fiscalização.

Marcus Marques, especialista em gestão de pequenas e médias empresas e fundador do Grupo Acelerador, afirma que a mudança regulatória exige uma postura mais estratégica dos gestores. “Com as mudanças da NR-1, a responsabilidade jurídica das empresas deixa de ser apenas reativa e passa a exigir gestão preventiva. O empresário precisa se antecipar, porque o risco não está apenas na operação, mas também na forma como a empresa documenta e gerencia suas relações de trabalho”, diz.

O novo modelo de gerenciamento de riscos a NR-1 estabelece as disposições gerais de segurança e saúde no trabalho e determina que empresas adotem um modelo estruturado de gerenciamento de riscos ocupacionais. A norma consolidou o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que exige identificação de perigos, avaliação de impactos e implementação de medidas preventivas documentadas. Na prática, isso amplia o dever das organizações de monitorar não apenas riscos físicos presentes no ambiente laboral, mas também fatores organizacionais que possam afetar a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, iniciativa do Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, mostram que o Brasil registrou mais de 612 mil acidentes de trabalho em 2023, ano base das estatísticas oficiais mais recentes. O volume de ocorrências mantém a



Marcus Marques

“A responsabilidade jurídica das empresas deixa de ser apenas reativa e passa a exigir gestão preventiva.”

pressão por políticas de prevenção e gestão mais estruturada dentro das empresas.

A linha de defesa contra o passivo trabalhista O avanço da judicialização das relações de trabalho também contribui para o alerta. Levantamento do Conselho Nacional de Justiça aponta que a Justiça do Trabalho recebe milhões de novos processos todos os anos, o que mantém o tema da responsabilidade empresarial no centro das discussões jurídicas.

Para Marques, parte desse contencioso nasce da falta de prevenção e de formalização adequada das relações dentro das empresas. “Muitos empresários ainda tratam contratos, políticas internas e normas de segurança como burocracia. Na prática, esses documentos são a linha de defesa jurídica da empresa. Quando a estrutura é frágil, o risco de passivo trabalhista aumenta”, afirma.

O especialista explica que as mudanças trazidas pela NR-1 exigem três movimentos principais dentro das empresas: compreender o que muda na legislação, adaptar processos internos e adotar práticas que reduzam contingências jurídicas.

Adaptação e governança na prática

Entre as principais mudanças está a exigência de gestão estruturada de riscos ocupacionais, com registros formais e monitoramento contínuo. Isso significa que empresas precisam mapear riscos, definir responsáveis, estabelecer protocolos de prevenção e manter documentação atualizada.

A adaptação passa pela revisão de contratos de trabalho, políticas internas, programas de saúde ocupacional e fluxos de gestão de pessoas. Segundo Marques, muitas empresas ainda operam com documentos genéricos ou desatualizados, o que aumenta a vulnerabilidade jurídica em caso de fiscalização ou litígio. “A empresa precisa alinhar contrato, cultura e rotina operacional. Quando a norma existe apenas no papel, o risco jurídico permanece”, afirma.

O papel das lideranças e a sustentabilidade do negócio

Ele também destaca que práticas simples de governança ajudam a reduzir contingências trabalhistas. Entre elas estão o registro adequado de jornadas e atividades, a formalização de responsabilidades internas, a implementação efetiva do Programa de Gerenciamento de Riscos e o acompanhamento periódico das condições de trabalho.

Outro ponto relevante é a capacitação das lideranças. “Grande parte dos conflitos trabalhistas nasce na gestão direta das equipes. Quando líderes entendem suas responsabilidades legais e operacionais, a empresa reduz significativamente a exposição a passivos”, diz.

Na visão de Marques, pequenas e médias empresas precisam abandonar a visão de que compliance e estrutura jurídica são preocupações exclusivas de grandes corporações. “Empresas que crescem sem estrutura acumulam risco. Governança, contratos bem definidos e gestão preventiva são fatores que protegem o negócio e garantem sustentabilidade no longo prazo.”

A tendência é que o ambiente regulatório continue exigindo maior profissionalização da gestão empresarial. Normas relacionadas à saúde ocupacional, segurança do trabalho e bem-estar organizacional devem ganhar ainda mais relevância nos próximos anos, acompanhando a ampliação da fiscalização e da judicialização das relações de trabalho.

Negócios em Pauta

Al/Banda CO2 Zero



O show educativo da Banda CO2 Zero que pedala para gerar a energia do palco

Quando Pedro Momezo, monitor de esportes do Sesc Santo André, decidiu com sua equipe encerrar o Projeto Sesc Verão 2026 com uma feira de ciclismo, ele já tinha em mente que a parte artística do evento — realizado no primeiro fim de semana de fevereiro — poderia ter a presença da Banda CO2 Zero, uma banda brasileira que realiza shows sustentáveis utilizando bicicletas para gerar energia elétrica a partir da pedalada do público. A iniciativa do Pedal Sustentável une música, tecnologia e conscientização ambiental em uma experiência interativa. “Ela casa bem com a proposta da Feira de Ciclismo, de ter uma banda tocando músicas gostosas de ouvir, de dançar se for o caso, mas em que o público pudesse se exercitar, usando a força do pedal para produzir energia para os instrumentos musicais. O fato de ser sustentável ajudou muito”, explica Momezo. ▶▶ Leia a coluna completa na página 3

News@TI

Al/Eitri



Eitri leva nova geração de app commerce SaaS ao VTEX Day 2026

@A Eitri participa pela terceira vez do VTEX Day 2026, que ocorre nos dias 16 e 17 de abril, no São Paulo Expo, em São Paulo. A empresa aposta em uma abordagem que busca redefinir a maneira como aplicativos impactam performance, engajamento e resultados no e-commerce, em um setor que, segundo a companhia, evoluiu pouco desde sua consolidação, por volta de 2017. “Estamos prontos para mostrar ao mercado uma nova geração de app commerce. É uma mudança relevante na forma como os aplicativos entregam performance e resultados, com ganhos reais para o negócio”, afirma Vinícius Nastro, CRO da Eitri. Durante os dois dias de evento, a empresa contará com um estande próprio, onde realizará demonstrações práticas e apresentará cases reais de clientes. A ideia é evidenciar, na prática, como o modelo atual de app commerce evoluiu com a proposta da Eitri, trazendo ganhos concretos para operações digitais (<https://vtexday.vtex.com/>). ▶▶ Leia a coluna completa na página 2

Geopolítica do afeto – uma nova ordem mundial?

Lá se foram décadas e décadas de um mundo curvado à cultura dos EUA. E isso não é coincidência ou consagração. Isso foi uma estratégia bem pensada e executada: o Soft Power. ▶▶

Reorganização é a inovação que sua empresa está procurando

Até pouco tempo atrás, e para algumas empresas até hoje, falar sobre inovação era o mesmo que falar sobre tecnologias revolucionárias ou um novo produto ou ideia que mudaria completamente um mercado. ▶▶

Mercados autônomos entram na fase da maturidade no Brasil

Com milhares de pontos em operação, o setor descobre que escalar exige dados, automação e inteligência artificial no centro da estratégia. ▶▶

Sete dicas para utilizar Geotargeting Ads no planejamento de mídia

A publicidade digital evoluiu significativamente nos últimos anos, e uma das estratégias que mais ganhou relevância nesse cenário é o geotargeting: a segmentação de anúncios com base na localização geográfica do usuário. Essa tecnologia permite impactar pessoas no momento e no lugar certo, tornando as campanhas mais eficientes e relevantes. ▶▶

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular



Literatura

Livros em Revista

Por Ralph Peter



▶▶ Leia na página 4

OPINIÃO

Atendimento ao cliente: o desafio é saber usar a IA. Sem alucinação.

Luiz Tardelli (*)

Antes, o centro da atenção estava na própria tecnologia, seus modelos, algoritmos e precisão técnica.

Agora, o diferencial competitivo está em saber o que se faz com ela, isto é, se ela será implementada alinhada com a estratégia e objetivos do negócio. Não se trata mais de experimentos aleatórios para ver se a tecnologia vai dar certo.

Nos últimos anos, especialmente com o avanço dos modelos de IA, a tecnologia de ponta tornou-se amplamente acessível a diferentes perfis de organizações empresariais e governamentais. Hoje é possível usar grandes modelos pré-treinados por meio de IA para executar tarefas específicas e com resultados que ainda podem barrar a precariedade do planejamento.

O diferencial competitivo deixou de ser o acesso à tecnologia. Passou a ser a capacidade de aplicá-la ao negócio de forma inteligente.

IA conversacional não gera valor por falar bem. Gera valor quando resolve problemas reais, entende o contexto do cliente e se integra à estratégia da empresa.

Exemplos comprovados mostram que conversar com o cliente pode ser o mais próximo possível do que o usuário deseja. Pedimos a um amigo que conversasse com uma agente virtual de uma indústria alimentícia, especialmente do mercado de carnes.

De posse de seus recentes exames médicos, ele pergunta qual tipo de carne é ideal para uma pessoa com pré-diabetes. Ele não esperava uma resposta, considerando o tipo de pergunta. Mas, a agente explicou que ela entende a preocupação, mas ela não dá aconselhamento médico ou nutricional. É melhor falar com seu médico ou nutricionista sobre pré-diabetes.

Porém, ela indicou cortes magros de carne, como Filé Mignon e Patinho, e sugeriu

modos de preparo mais leves.

Esta é a nova realidade da IA Conversacional: ser capaz de conversar sobre um tema relacionado ao seu escopo. Isso somente é possível se o projeto considerar todas as nuances das expectativas do cliente em uma conversa com a marca.

Para este modelo foram considerados:

- Ter uma agente de IA que antecipa necessidades em vez de simplesmente responder perguntas;
- Contextualizar as respostas a partir de uma base de conhecimento robusta e precisa;
- Oferecer respostas com contexto de histórico do cliente;
- Automação de processos internos com fluxo de conversação eficiente.

A tecnologia continua sendo crucial

Ela não pode se tornar uma commodity. Seu uso deve estar alinhado aos objetivos dos negócios, devendo a IA conversacional estar conectada às expectativas do cliente. Sem modelos adequados, a execução pode falhar. Mas, se a base técnica for fraca, a solução não irá funcionar e o cliente não voltará tão cedo para uma conversa com a marca.

Os aspectos que devem ser considerados para o sucesso da IA Conversacional

Sabemos que a sua execução e as estratégias são difíceis, e que muitas empresas ainda tropeçam na definição de caso de uso claro, na governança de dados, nas métricas de sucesso e na adaptação cultural da organização para esta nova realidade.

As tecnologias abriram a porta para uma infinita variedade de usos. No entanto -hoje - diferenciar-se é saber como utilizá-la a partir de modelos eficientes que cumprem os objetivos do projeto. O verdadeiro valor está em planejar e executar com foco no impacto real — algo que demanda metodologia, visão e alinhamento estratégico.

(*) CEO da Getbots.

Starlink já tem mais de 10 mil satélites

Segundo dados da startup francesa Look Up, especializada em monitoramento espacial, com o último lançamento realizado em 13 de março, a partir da base de Vandenberg, na Califórnia, a constelação Starlink soma agora 10.003 satélites, muito à frente da rede OneWeb, da Eutelsat, que conta com 651.

Vivaldo José Breternitz (*)

Criada em 2019, a Starlink começou com 60 satélites colocados em órbita por um foguete Falcon 9 da SpaceX. Isso tem trazido grandes benefícios, mas também problemas, um deles apontado por astrônomos, que afirmam que o grande número de satélites prejudica a observação do céu.

Existem outras constelações: a Amazon Leo, de Jeff Bezos, que possui 210 satélites; as chinesas Guo Wang e Qian Fan têm 154 e 108, respectivamente. A Rússia anunciou em 24 de março o lançamento de 16 satélites, em tentativa de construir sua própria constelação.

Sites como Satellitemap permitem acompanhar em tempo real a posição dos satélites de Starlink, OneWeb e outras constelações, enquanto a plataforma See A Satellite Tonight mostra quais deles passarão sobre o céu noturno de cada localidade.

Segundo a Look Up, as chamadas mega constelações comerciais desempenham “um papel central” no equilíbrio econômico e estratégico global, e a capacidade de mo-



Photocreo_CANVA

onitorar o que ocorre em órbita tornou-se “um problema de soberania”.

A startup utiliza a plataforma Synapse, que cruza dados públicos e privados sobre lançamentos e observações, e está implantando uma rede mundial de radares para alertar sobre possíveis colisões, risco crescente diante da multiplicação de objetos artificiais na órbita terrestre.

São números impressionantes, especialmente se levarmos em consideração que, há 30 anos, tínhamos em operação cerca de 900 satélites, de uso civil e militar, contra os cerca de 15 mil satélites de todos os tipos que estão em operação atualmente.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnit@gmail.com.

IA se sofisticada, turbina deep fakes e aumenta preocupação em ano eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve anunciar, em março, as novas regras para o uso de inteligência artificial nas eleições deste ano. A medida responde ao avanço acelerado e sofisticado dessa tecnologia, que permite a criação de imagens, áudios e vídeos falsos praticamente indistinguíveis da realidade, as chamadas deepfakes.

O debate ganhou urgência diante do potencial dessas ferramentas de influenciar a opinião pública, manipular informações e comprometer a integridade do processo democrático. A expectativa é que a nova regulamentação estabeleça parâmetros claros sobre responsabilidade, transparência e limites no uso de conteúdos gerados por IA durante esse período.

“Se, na eleição presidencial anterior, a de 2022, a preocupação era com as fake news, o alerta se volta agora, em 2026, para as deepfakes”, sublinha o sócio da Codeminer42, Carlos Lopes. A Codeminer42 é uma boutique brasileira de desenvolvimento de softwares, com atuação no Brasil e no exterior, especialmente nos Estados Unidos, e que aloca profissionais altamente qualificados no mercado, inclusive com ampla experiência em inteligência artificial.

Máximas como “só acredito vendo” ou “imagens valem mais que mil palavras” não cabem mais no atual cenário, avalia o especialista, que recentemente participou de um evento em Nova Iorque que abordou as últimas tendências da IA no mercado. “O desafio agora, além de tecnológico, é social. Quando a manipulação se torna praticamente imperceptível, o impacto recai diretamente sobre a confiança pública e isso exige respostas regulatórias e educativas igualmente sofisticadas.”

Carlos Lopes cita, como termômetro da gravidade da situação, declaração recente, à imprensa, do diretor do Instagram, Adam Mosseri. “Você não pode mais confiar nos seus olhos para dizer o que é real”, ele disse. Porque é exatamente isso: não basta mais ‘ver para crer’; é preciso ter outros meios para separar o joio do trigo, identificar o que é ou não real.”

Até existem softwares e plataformas para detectar se um conteúdo é fruto de inteligência artificial ou não. Entretanto, na prática, essa verificação não é simples nem acessível à maioria das pessoas, observa Lopes. Em um cenário eleitoral marcado por uma avalanche de vídeos, áudios, imagens e textos circulando em alta velocidade, torna-se inviável para



Carlos Lopes

Divulgação

o eleitor comum checar, individualmente, a autenticidade de cada material.

“Além disso, uma parcela significativa da população, possivelmente a maioria, não possui conhecimento técnico, familiaridade com essas ferramentas ou tempo disponível para utilizá-las de forma adequada”, afirma.

O especialista também chama atenção para outro ponto crítico: a limitação das próprias tecnologias de detecção. “As ferramentas que tentam identificar conteúdo gerado por IA ainda apresentam falhas relevantes. Em muitos casos, classificam conteúdos legítimos como artificiais e, em outros, deixam passar materiais produzidos por inteligência artificial sem qualquer alerta. Isso cria um ambiente de incerteza, no qual nem sempre é possível confiar plenamente na análise automática”, explica.

Para Lopes, a atuação da Justiça Eleitoral, estabelecendo regras, monitoramento e estimulando o eleitor a participar, comunicando e denunciando conteúdos falsos, é um esforço importante e válido. “Porque, além dos materiais de campanha oficiais, mais fáceis de fiscalizar, haverá a circulação das deepfakes, como vídeos, áudios e imagens adulterados com uso de IA, capazes de simular falas e situações que nunca aconteceram”.

Mas então, tudo isso significa que estamos perdidos, em um beco sem saída, fadados a conviver com processos eleitorais tumultuados pelo uso indevido da tecnologia?

Para o executivo da Codeminer42, a resposta é não. Para médio e longo prazo, há algumas estratégias sendo concebidas pela indústria de tecnologia. Lopes menciona a possibilidade dos equipamentos de captação, como câmeras fotográficas, de vídeo ou mesmo smartphones, contarem com uma espécie de assinatura digital, um identificador (ID) de cada imagem produzida. “Essa assinatura ou ID seria um meio de confirmar que o conteúdo é legítimo e não feito por IA”.

Ou seja, o próprio avanço tecnológico e a sofisticação da inteligência artificial permitem que esses recursos sejam aplicados para detectar deepfakes e combater sua difusão, observa. “Se, por um lado, a IA sofisticada é utilizada para a produção de deepfakes e outros conteúdos falsos, a mesma IA avançada e outras ferramentas possibilitam identificar a falsificação, por mais perfeita que possa parecer”.

Ademais, há um componente fundamental nesse trabalho, acrescenta Lopes: trata-se da inteligência humana. A formação e a capacitação continuada de desenvolvedores qualificados profissionais para, com o auxílio da IA e de outros recursos, atuarem na elaboração de sistemas cada vez mais seguros e aptos à identificação de conteúdos falsos, fraudes e outras ciberameaças.

“Iniciativas que envolvam capacitação contínua e qualificação técnica são fundamentais para que o mercado esteja preparado tanto para absorver as inovações quanto para enfrentar os desafios que elas impõem. Na Codeminer42, por exemplo, investimos na formação de profissionais em plataformas e metodologias voltadas ao uso responsável e estratégico da inteligência artificial, garantindo alta performance, senso crítico e responsabilidade no desenvolvimento e aplicação dessas soluções”.

Fundada em 2011, a Codeminer42 conta hoje com um time de mais de 80 desenvolvedores, alocados, em sua maioria, em projetos de tecnologia de empresas no exterior. A boutique de desenvolvimento de software tem sede em São Paulo e operação nos Estados Unidos.

News@TI

Trabalho publicado no Journal of Computational Chemistry

Ter uma pesquisa publicada em uma revista de impacto já é motivo de celebração. Mas, mais ainda quando ela é escolhida para ser a capa. Este foi o caso do artigo Conformal Coordinates for Molecular Geometry: From 3D to 5D, escolhido como capa de fevereiro do Journal of Computational Chemistry. De autoria de três pesquisadores brasileiros, entre eles o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Carlile Lavor, o trabalho foi apoiado pelo Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria (CEPID-CeMEAI). A pesquisa apresenta um modelo matemático que utiliza o modelo conforme do espaço 3D, em cinco dimensões, para calcular distâncias interatômicas de forma mais eficiente do que os métodos tradicionais em três ou quatro dimensões (https://onlinelibrary.wiley.com/journal/1096987x).

Empresas & Negócios José Hamilton Mancuso (1936/2017)

Laurinda Machado Lobato (1941-2021) Responsável: Lilian Mancuso

Editórias
Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); Ciência/Tecnologia: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br);
Comercial: comercial@netjen.com.br
Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; Edição Eletrônica: Ricardo Souza.
Revisão: Maria Cecília Camargo; Serviço Informativo: Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.
Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Jornal Empresas & Negócios Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080
Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)
Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90
JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)
Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.

Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro. ISSN 2595-8410

Desemprego sobe para 5,8% em fevereiro, mas é o menor para o trimestre

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em fevereiro atingiu 5,8%, valor acima do trimestre móvel terminado em novembro, quando era de 5,2%

Apesar da alta no intervalo, o resultado é o menor para um trimestre encerrado em fevereiro desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. No mesmo trimestre de 2025, o índice era 6,8%.

No trimestre terminado em fevereiro, o Brasil tinha 102,1 milhões de pessoas ocupadas e 6,2 milhões à procura de trabalho. No trimestre de setembro a novembro de 2025 eram 5,6 milhões de brasileiros em busca de vagas. Os dados foram divulgados na sexta-feira (27) pelo IBGE. No trimestre terminado em novembro, o número de ocupados era 874 mil a mais. De acordo com o



No trimestre terminado em fevereiro, o Brasil tinha 102,1 milhões de pessoas ocupadas e 6,2 milhões à procura de trabalho.

instituto, o aumento da desocupação é explicado por perda de vagas nos segmentos de saúde, educação e construção.

A coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, atribuiu a redução ao comportamento

sazonal, ou seja, típico da época do ano, principalmente nas áreas de educação e saúde. “Parte expressiva dos ocupados é provida por contratos temporários no setor público. Na transição de um ano para outro, há um processo de encerramento dos contratos vigentes,

repercutindo no nível da ocupação dessa atividade.”

Apesar da elevação recente na taxa de desocupação, o rendimento médio mensal do trabalhador no trimestre encerrado em fevereiro atingiu R\$ 3.679, o maior já registrado, ficando 2% acima do trimestre encerrado em novembro de 2025 e 5,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse valor é real, ou seja, já desconta a inflação dos períodos de comparação.

“O crescimento do rendimento vem sendo impulsionado pela grande demanda de trabalhadores, acompanhada de tendência de maior formalização em atividades de comércio e serviços”, afirmou Adriana Beringuy (ABR).

Número de consumidores de livros aumenta e chega a 18% da população

O número de consumidores de livros cresceu em 2025 no Brasil, de acordo com pesquisa divulgada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) em parceria com a Nielsen BookData. Os dados mostram que 18% da população acima de 18 anos comprou ao menos um livro, impresso ou digital, no ano passado. O número representa um aumento de 2 pontos percentuais – 3 milhões de novos consumidores – em relação a 2024.

“O crescimento de 3 milhões de novos consumidores em um único ano mostra que o livro mantém sua relevância e que há espaço consistente para a expansão do mercado editorial brasileiro”, afirmou a presidente da Câmara Brasileira do Livro, Sevani Matos. Ela explicou que esse aumento é resultado de uma estrutura que envolve editoras, livrarias, autores, influenciadores, políticas públicas e iniciativas de incentivo à leitura.

O estudo Panorama do Consumo de Livros contou com 16 mil entrevistas realizadas em outubro de 2025, incluindo pessoas que compraram livros ou não no último ano. Entre

aqueles que não compraram livros em 2025, cerca de 35 milhões de pessoas (28%) disseram que foram desmotivadas por falta de livraria ou loja por perto. Para 35% dos não compradores, os livros são caros.

Ainda na parcela de quem não comprou, um percentual de 16,3% informou que o motivo foi ter baixado livros digitais gratuitos e 16,1% disseram ter acesso a PDF gratuito. Coordenadora de Pesquisas Econômicas e Setoriais da Nielsen BookData, Mariana Bueno observou que grande parte desses casos está relacionada à pirataria.

“Para a gente [do setor livreiro], pirataria é demanda. Ou seja, são pessoas que estão, de alguma maneira, lendo mas não comprando. A gente diz que é uma demanda reprimida, que tem a possibilidade do mercado alcançar, pensar ações para alcançar esse grupo de pessoas”, disse Mariana. Segundo o levantamento, as mulheres representam 61% do total de consumidores de livros. A pesquisa apontou ainda que o maior crescimento ocorreu entre os jovens (ABR).

Prefeitura de SP perde recurso e deve retomar serviço de aborto legal

A prefeitura de São Paulo perdeu um recurso de apelação e terá de retomar o serviço de aborto legal no Hospital e Maternidade Municipal Vila Nova Cachoeirinha. A unidade realizava interrupções previstas em lei em gestações com mais de 22 semanas. O hospital é localizado na zona norte da cidade e considerado referencial nesse tipo de procedimento.

Por lei, o aborto, ou interrupção de gravidez, é permitido e garantido no Brasil em casos de estupro da mulher, de risco de vida para a mãe e em situação de bebês anencéfalos. No entanto, em dezembro de 2024, o Hospital Municipal e Maternidade da Vila Nova Cachoeirinha suspendeu a realização desse tipo de procedimento.

Na ocasião, a prefeitura informou que a suspensão seria temporária, mas não deu prazo de quando o serviço seria retomado. A interrupção levou a ao menos 15 casos de desrespeito ao direito de interrupção, segundo levantamento da Defensoria Pública. Na decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, o relator Eduardo Pratavieira disse que

os médicos municipais não têm providenciado o adequado encaminhamento das pacientes e estão negando o atendimento das vítimas

“Ao contrário, em atos ilegais, promovem nova vitimização das mulheres vítimas de estupro, incutindo terror psicológico e emocional para que se abstenham de exercer direito fundamental previsto em lei”, explicou a promotora, na decisão do dia 4 de março que levou à retomada dos atendimentos. A prefeitura alegava que outras unidades faziam o atendimento na cidade.

Com a decisão, coube à prefeitura retomar o atendimento na unidade de referência. A decisão, em segunda instância, confirmou o entendimento do julgamento de outubro de 2025 e o prejuízo às cidadãs. “A verdade dos fatos se provou diversa, revelando o próprio apelante que não se trata, como sugere, de mero ato de gestão e realocação do serviço, mas de pura negativa do direito fundamental das mulheres ao aborto legal em casos de risco, feto anencéfalo e estupro”, informa a decisão (ABR).

O petróleo não quebra empresas; a dependência do crédito reativo, sim

Thiago Eik (*)

A recente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a Selic para 14,75% ao ano não é apenas um dado estatístico; é a confirmação de um cenário que já vínhamos antecipando: o custo do dinheiro no Brasil permanecerá proibitivo por muito mais tempo. Parte dessa pressão é importada.

A escalada das tensões geopolíticas globais em março de 2026 reacendeu a volatilidade das commodities, com o petróleo Brent contaminando cadeias produtivas e elevando custos logísticos de forma sistêmica. O efeito é um dominó perverso: a inflação sobe, o espaço para cortes de juros desaparece e o ambiente financeiro torna-se restritivo. Mas o debate morre no lugar errado.

Não é o petróleo, isoladamente, que trava o crescimento das empresas brasileiras. O que sufoca o setor produtivo é a estrutura de um crédito caro, concentrado e, acima de tudo, reativo. No Brasil, ainda predomina uma cultura financeira perigosa: a empresa cresce sem estruturar sua estratégia de capital e só recorre ao crédito quando o problema já está instalado.

É nesse momento de vulnerabilidade que ela encontra as piores taxas e o menor apetite de risco das instituições tradicionais. O resultado é visível em níveis recordes de inadimplência. O crédito não pode ser um botão de emergência; ele precisa ser parte da engenharia do negócio desde o primeiro dia. Enquanto as empresas dependerem exclusivamente de um sistema financeiro concentrado, qualquer choque externo terá um impacto desproporcional sobre sua sobrevivência.

A Estratégia dos Mini Bancos e a “FIDC-ização” - A boa notícia é que uma virada estrutural está em curso. Empresas começaram a entender que a autonomia financeira é a melhor defesa contra a volatilidade, impulsionando o movimento que chamamos de “FIDC-ização” do balanço.

Com o mercado de FIDCs projetado para atingir a marca histórica de R\$ 1 trilhão ain-

da em 2026, as companhias estão deixando de ser meras consumidoras de crédito para se tornarem gestoras de suas próprias plataformas de financiamento por meio da estruturação de Mini Bancos.

Ao assumir essa postura, a empresa deixa de ser refém das oscilações de humor dos grandes bancos e passa a financiar o seu próprio ecossistema. Na prática, o Mini Banco permite que a organização utilize recursos próprios ou de investidores para prover crédito a clientes e fornecedores, capturando margens financeiras que antes ficavam retidas no sistema bancário.

Essa estrutura vai além do ganho financeiro imediato: ela gera uma eficiência tributária vital para empresas no regime de Lucro Real e oferece uma resposta automática aos desafios da reforma tributária, como o split payment, integrando a retenção de impostos diretamente ao fluxo de caixa. Ao transformar recebíveis em ativos estratégicos, o empresário ganha a previsibilidade necessária para atravessar ciclos de liquidez sistêmica sem paralisar sua operação.

Em um cenário de juros a 14,75%, o domínio do próprio crédito não é mais um diferencial competitivo; é sobrevivência. Episódios recentes de instabilidade no sistema bancário tradicional elevaram o rigor dos investidores, que agora buscam estruturas com lastro claro e governança robusta. Modelos descentralizados de crédito oferecem exatamente essa transparência, permitindo que o médio empresário sustente seu crescimento mesmo quando as torneiras do mercado tradicional se fecham.

O próximo choque econômico não é uma possibilidade; é uma certeza. A diferença entre as empresas que continuarão de pé e as que ficarão pelo caminho será decidida por quem tomou as rédeas da sua estratégia financeira antes da tempestade chegar. No Brasil de 2026, quem domina o próprio crédito, domina o seu destino.

(*) - É fundador da fintech Bankme (<https://bankme.tech/>)

A - 13º Antecipado

O pagamento do décimo terceiro INSS será antecipado em 2026. O abono anual para aposentados, pensionistas e outros beneficiários do INSS será depositado em duas parcelas, de acordo com o número final do benefício e o calendário oficial do órgão. A primeira parcela será paga entre os dias 24 de abril e 8 de maio, junto ao benefício referente a abril. Já a segunda será depositada entre 25 de maio e 8 de junho, seguindo o calendário de maio. Na avaliação da fintech meutudo, a medida pode ajudar aposentados e pensionistas a reorganizar o orçamento, quitar contas, reduzir dívidas e ter mais previsibilidade financeira ao longo do ano.

B - Repintura Automotiva

A AkzoNobel, fabricante das marcas Sikkens e Wanda, é a nova fornecedora oficial para repintura automotiva da Toyota no Brasil. Com isso, as mais de 120 concessionárias da montadora e todas as oficinas credenciadas para reparação espalhadas pelo país poderão contar com a linha completa de produtos Sikkens pelos próximos três anos. “A Toyota terá à disposição toda a nossa experiência em serviços, produtos e sistema tintométrico, que entregam inovação, qualidade, alta produtividade e fidelidade de cores em relação aos padrões originais dos veículos”, afirma Ozinei Pazzin Manzano, gerente Nacional de Vendas da AkzoNobel.

C - Demanda por Cervejas

O Grupo HEINEKEN alcançou a marca de 1 milhão de hectolitros produzidos em sua cervejaria localizada na cidade de Passos, em Minas Gerais, apenas quatro meses após sua inauguração. O volume, equi-

valente a aproximadamente 300 milhões de latas de cerveja, traduz a eficiência operacional da planta, que segue em ritmo de crescimento gradual até atingir a capacidade plena de 5 milhões de hectolitros/ano. Com investimento superior a R\$ 2,5 bilhões, iniciou suas atividades com a produção das marcas Heineken® e Amstel, acompanhando o crescimento da demanda por cervejas puro malte e premium, categorias em que a empresa é líder no país.

D - Compra de Carro

A Webmotors acaba de revelar os dados de sua Pesquisa de Intenção de Compra. Em sua quarta edição, o levantamento aponta que 68% dos brasileiros pretendem adquirir um veículo em 2026, sendo que 45% do total de respondentes planeja realizar a aquisição ainda no primeiro semestre. A pesquisa do Webmotors Autoinsights, ferramenta que fornece dados e informações sobre o mercado automotivo brasileiro, colheu as respostas de mais de 1,8 mil brasileiros entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026. A alta intenção de compra do consumidor brasileiro é um recado direto para montadoras e lojistas de que existe demanda e espaço para crescer.

E - Mundial de Endurance

O Grupo Bandeirantes de Comunicação anunciou a renovação do acordo para a transmissão do Campeonato Mundial de Endurance (FIA WEC) no Brasil, com destaque para a Rolex 6 Horas de São Paulo, que será realizada no Autódromo de Interlagos, nos dias 10, 11 e 12 de julho, reforçando seu compromisso com o automobilismo e com os fãs de corridas de longa duração no país. Ao longo do ano, o calendário será composto por oito etapas em alguns dos principais palcos do automobilismo mundial.

F - Olimpíada de Estatística

Criada para aproximar estudantes do ensino médio e técnico da cultura de dados, a Olimpíada Brasileira de Estatística abre inscrições para a segunda edição da prova, após atrair mais de 7,5 mil participantes em sua primeira realização. As inscrições podem ser realizadas através do formulário: (<https://shre.ink/olimpiadadeestatistica>). As inscrições são gratuitas para alunos de escolas públicas. Para escolas particulares, há uma taxa a partir de R\$ 49,90, que varia de acordo com o número de estudantes inscritos. O cadastro deve ser realizado exclusivamente pelas escolas, por meio de um professor orientador, não sendo permitida a inscrição individual.

G - Mercado Digital

A cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo, recebe nos próximos dias 30 e 31 a quinta edição do 'Tem Mais nos Bastidores'. O encontro será realizado no TMB Hall e reunirá infoprodutores, estrategistas e empresários do mercado digital brasileiro para discutir temas como gestão empresarial, estrutura financeira, vendas e crescimento sustentável no ambiente digital. Voltadas a infoprodutores, o evento busca promover a troca de experiências entre profissionais do setor e fortalecer o ecossistema de negócios digitais no país. Mais informações: (<https://www.instagram.com/reinaldoboesso/>).

H - Rotas do Vinho

O Governo de São Paulo acaba de lançar a segunda edição do programa 'Rotas do Vinho de São Paulo'. A iniciativa passa a contar com 87 atrativos voltados para experiências em vinícolas, sendo 22 enodestinos. Os atrativos estão distribuídos em cinco rotas e 38 municípios paulistas. Esta edição consolida uma política pública estruturada de valorização da vitivinicultura paulista e de fortalecimento do enoturismo como vetor de desenvolvimento regional. O programa estrutura os territórios, organiza a oferta turística e estimula investimentos em infraestrutura, qualificação profissional e promoção integrada. Saiba mais em: (<https://www.rotasdovinho.sp.gov.br/rotas>).



Livros em Revista

Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br)

híbridos Híbridos: O futuro do trabalho entre humanos e máquinas

Ricardo Capra – Actual – Pode-se dizer, sem temor a erros, que há algum tempo, uma das nossas principais preocupações é de como conviver com a inexorável era das máquinas e ou automações. A Inteligência Artificial, veio para ficar. O que nos assombra é não ter clareza sobre se será ou não nossa real parceira. Será que muitos empregos e ou empresas simplesmente desaparecerão, ou tornar-se-ão mais sólidas, mais eficientes e produtivas? Ricardo, um profundo pesquisador do assunto e dados, responde essas e demais questões atinentes, num linguajar claro, fluido, sem deixar dúvidas. Pelo visto, o futuro não é assim tão cinzento quanto parece. Ricardo, elenca atenuantes que ensejam uma convivência possível. Oportuno!

Propósito Encanta Propósito Encanta: Uma jornada de reconexão, intenção e resultado

Giovanna Andreo – DVS – Imaginem uma cantora, musicista, ferrenha batalhadora por espaço no universo artístico cultural. Sabemos, ou idealizamos o quanto essa façanha é quase impossível. Pois, bem, agora pensem numa artista que no quase auge de carreira, recebe um diagnóstico de iminente e incurável surdez! A perplexidade instaura-se. Giovanna fez, literalmente uma limonada com o único limão que se lhe apresentou. Ela conta em detalhes tudo o que teve que contornar para sobreviver. Não é uma obra para chorar, antes, trata-se de um louvor à resiliência e seus benefícios. Hoje Giovanna é uma artista atuante e devidamente reconhecida. Obra dignificante!

Juntos Chegaremos Lá!

Guilherme Afif Domingos – Matrix – Tive a honra de conhecer o Afif quando exercia a presidência da Associação Comercial de São Paulo, quando Paulo Maluf era governador. Dos tantos atributos e bem feitos, pode-se citar a implacável luta para inserir na Constituição o art 179 que criou diretrizes para as MEI e o Simples. Um ser incansável. Sua rapidez de raciocínio é espantosa, pelo visto, até a atualidade. Um agregador nato. Permeia pelos bastidores políticos, de todas as inclinações ou cores, com uma naturalidade ímpar, o que lhe propicia benefícios e honestos frutos. Nesta autobiografia, revela trechos de uma gloriosa trajetória, que este escriba deseja sinceramente, que continue por mais uns bons tempos. Um belíssimo exemplo a ser enaltecido e seguido!

Reflexões em Papel Reflexões em Papel: Ensaios jurídicos e literários

Juliana Rojas – Dialética – Autora é advogada, inserida em diversas atividades afins, com méritos, bastante respeitada, afinal, são mais de vinte anos de labuta, resolveu colocar nesta obra toda sua lucidez e profundidade jurídica e intelectual. Na realidade dá verdadeiro show de conhecimento da nobre profissão, tanto quanto demonstra uma versatilidade literária muito interessante. Faz um apanhado sobre diversas etapas da política nacional, em alguns capítulos também internacional para complemento de um perfeito raciocínio. Pode-se dizer que trata-se de um raro e leve compêndio sócio-político antropológico. Deverá ser lido por estudantes; professores; sociólogos; filósofos e todos os profissionais do direito interessados em boas práticas.

Narrativa dos Avós: A origem do fogo

Rosi Waikhon – Wanessa Ribeiro (Ilustr) – PeraBook - Numa aldeia indígena, no coração da Amazonia, o Sol residia com um ancião, avô Amuréri, no alto de uma montanha. Somente ele detinha o Sol e o manipulava à sua vontade. Uma anciã, avó Seennó, ganhou as graças do avô e recebeu um punhado de Sol, com a missão de usá-lo e distribuí-lo para as demais pessoas. Avô não cumpriu o que fora acordado. Um exército de três garotos partiu em busca da tão preciosa Estrela, para resgatá-la. Com ilustrações que despertam sentimentos antigos, o leitor adulto, jovem ou infantil, encontrará uma preciosa indigena que trará muita satisfação. Mitologia brasileira em alta!!

www.bcctelevision.com.br

Assista ao programa Livros em Revista. Um canal repleto de novidades do universo literário. Entretenimento garantido!



Com apresentação de Ralph Peter.



IA deve fechar até 30% das vendas em 3 anos e expõe novo risco reputacional para o varejo

Avanço dos agentes autônomos acelera transações no e-commerce, mas erros, falhas e decisões automatizadas colocam em xeque a confiança do consumidor e a estrutura das empresas

A inteligência artificial entra em uma nova fase e já começa a alterar de forma concreta o funcionamento do varejo global. A expectativa de que agentes autônomos passem a responder por até 30% das vendas de bens de consumo em três anos, e cerca de 10% do varejo total, desloca o debate sobre tecnologia para o risco direto à reputação das marcas em um ambiente onde decisões de compra deixam de ser humanas.



Fabrizio Topper, Strategy & Intelligence Director da Quality Digital.

Esse movimento ganhou força nos principais fóruns globais de tecnologia e negócios e já aparece como vetor concreto de transformação no e-commerce. Sistemas capazes de recomendar produtos, negociar condições e concluir compras de forma independente deixam de ser experimentais e passam a integrar a operação.

Operando em alta velocidade e com maior autonomia, esses sistemas ampliam o nível de exposição das empresas. Quando um agente erra uma recomendação ou executa uma transação inadequada, o impacto ultrapassa a operação e atinge diretamente a percepção de confiança.

Com um alto nível de adoção, os riscos deixam de ser pontuais e passam a ganhar escala dentro da operação. Segundo Fabrizio Topper, Strategy & Intelligence Director da Quality Digital, a confiança tende a se tornar o principal ativo competitivo nesse novo ambiente. “Se o sistema falha, alucina ou entrega algo inadequado, o dano ultrapassa a operação. Ele atinge a percepção e a reputação das empresas e da própria IA para esse fim”, afirma.

Delegar decisões de compra a sistemas autônomos exige que a tecnologia seja percebida como segura, consistente e capaz de refletir

preferências reais. Qualquer ruptura ao longo desse processo tende a gerar impacto imediato na relação com o consumidor.

Fragilidades estruturais, que antes permaneciam restritas à operação interna, passam a ser expostas diretamente na experiência do cliente. Dados desorganizados, sistemas desconectados e ausência de governança deixam de ser invisíveis. “Se os dados estão fragmentados ou mal estruturados, a IA escala essa fragilidade rapidamente, e isso se torna visível para o consumidor”, diz Cassio Pantaleoni, Artificial Intelligence Solutions & Strategy Director da Quality Digital.

Mais do que implementar tecnologia, a incorporação de agentes de IA exige revisão de processos, alinhamento entre áreas e capacidade de sustentar decisões automatizadas com base em dados confiáveis. Para Pantaleoni, tratar IA como ferramenta isolada é um dos principais erros na adoção. “O desafio não está na tecnologia em si, mas na maturidade de dados, na integração e na forma como as empresas estruturam sua operação para sustentar esse modelo. A adoção superficial amplia riscos operacionais e reputacionais em vez de gerar vantagem competitiva”, afirma.

No fim, é a experiência do cliente que define o sucesso dessa transição. Para Topper, o movimento precisa envolver toda a organização. “É um movimento que precisa ocorrer do alto escalão ao nível operacional, garantindo alinhamento entre equipes e padronização no uso da IA por meio de guardrails, criando um ambiente onde a inovação se torna contínua e escalável. Se a tecnologia não melhora a jornada ou não gera valor percebido, ela falha em sua função estratégica”, afirma.

Como a tecnologia está ajudando pequenos negócios a enfrentar cenários econômicos instáveis

Em um ambiente de incertezas, soluções digitais ganham papel estratégico ao oferecer mais controle, previsibilidade e segurança para pequenos empreendedores. Em um cenário econômico marcado por incertezas, oscilações no consumo e aumento dos custos operacionais, pequenos negócios têm recorrido cada vez mais à tecnologia como forma de ganhar previsibilidade, reduzir riscos e manter a operação sob controle. Mais do que impulsionar vendas, a digitalização passou a ocupar um papel estratégico na organização financeira e na gestão do dia a dia.

Ferramentas digitais aplicadas à rotina do empreendedor permitem transformar dados de vendas em informações claras sobre faturamento, fluxo de caixa e comportamento do cliente. Com isso, decisões que antes dependiam apenas da percepção passam a ser orientadas por números, mesmo em negócios de pequeno porte.

A consolidação de meios de pagamento digitais, como Pix, pagamentos por aproximação e soluções integradas, também contribuiu para tornar a operação mais segura. Além da agilidade no recebimento, essas tecnologias oferecem visibilidade em tempo real das entradas, facilitam a organização dos recebíveis e ajudam no planejamento financeiro em períodos de maior instabilidade.

Controle e previsibilidade como resposta ao cenário econômico

Em ambientes instáveis, controlar a operação se torna tão importante quanto vender. Ter acesso a relatórios claros, acompanhar o ritmo das vendas ao longo do mês e entender o impacto das formas de pagamento ajuda o empreendedor a ajustar despesas, rever estratégias e evitar decisões precipitadas.

Nesse contexto, a tecnologia deixa de ser apenas um meio de transação e passa a atuar como uma ferramenta de gestão, oferecendo mais segurança para atravessar períodos de incerteza.

A FrogPay como aliada na rotina do pequeno empreendedor

É nesse cenário que soluções como as oferecidas pela FrogPay ganham relevância. A fintech brasileira atua integrando meios de pagamento, controle de vendas e gestão de recebíveis em uma única plataforma, permitindo que o empreendedor acompanhe sua operação de forma mais organizada e previsível.



Ao centralizar informações e simplificar processos, a FrogPay contribui para que pequenos negócios tenham mais clareza sobre seus números, reduzam riscos operacionais e consigam planejar melhor seus próximos passos, mesmo diante de um ambiente econômico desafiador.

Segundo Marcelo Ramos, diretor comercial da FrogPay, a tecnologia tem sido fundamental para dar mais segurança às decisões do empreendedor.

“A instabilidade econômica exige mais controle e menos imprevisto. Quando o empreendedor tem acesso a dados claros sobre vendas, recebíveis e fluxo de caixa, ele consegue antecipar cenários, ajustar o ritmo do negócio e tomar decisões com mais segurança”, afirma.

Tecnologia aplicada à prática

A digitalização acessível tem permitido que pequenos negócios adotem ferramentas que antes pareciam distantes da sua realidade. Relatórios simples, acompanhamento diário e integração entre pagamentos e gestão ajudam a criar uma base mais sólida para a operação.

Em um cenário de incertezas, previsibilidade e controle deixaram de ser diferenciais e passaram a ser essenciais. E a tecnologia, quando aplicada de forma prática e alinhada à rotina real do empreendedor, se consolida como uma das principais aliadas para manter o negócio funcionando com mais segurança e consistência.

CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 05.883.884/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

arrendamento de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional, definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.

R\$ 506,7 milhões pelos ativos financeiros ao custo amortizado, R\$ 44,2 milhões por outros ativos e R\$ 205,8 milhões pelo imobilizado de arrendamento.

teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tomhats Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa, que pudessem caracterizar a perda de independência do auditor.

Mercado de Atuação: A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o

Patrimônio Líquido e Resultado: O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 129,5 milhões em 31 de dezembro de 2025. O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$ 36,1 milhões.

Outras Informações: A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., não contratou e nem

A Administração
Barueri - SP, 27 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		
Em Reais mil		
	Nota	31/12/2025
Ativo		
Disponibilidades	5	42.786
Ativos financeiros ao custo amortizado	7	506.673
Operações de arrendamento mercantil:		512.802
Financeiro		511.210
Operacional		1.592
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:		(9.008)
(-) Financeiro		(8.839)
(-) Operacional		(169)
Outros ativos financeiros		2.879
Outros ativos	8	44.246
Outros valores e bens	9	6.679
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios		1.545
Despesas antecipadas		5.132
Outros		2
Ativos fiscais	10	14.400
Diferidos		14.400
Imobilizado de uso	12	624
Outras imobilizações de uso		3.389
(-) Depreciação acumulada		(2.765)
Imobilizado de arrendamento	11	205.818
Bens arrendados		419.283
(-) Depreciação acumulada		(213.465)
Intangível	12	56
Ativos intangíveis		988
(-) Amortização acumulada		(932)
Total do ativo		821.282

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		
Em Reais mil		
	Nota	31/12/2025
Passivo		
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	4.249
Instrumentos financeiros derivativos		4.249
Passivos financeiros ao custo amortizado	13	539.589
Obrigações por empréstimos:		539.589
Empréstimos no país		351.380
Empréstimos no exterior		188.209
Passivos fiscais	14	43.500
Correntes		12.337
Diferidos		31.163
Outras obrigações	15	104.464
Estatutárias		341
Diversas		104.123
Total do passivo		691.802
Patrimônio líquido		
Capital social - De domiciliados no exterior	18a	62.076
Capital social realizado		62.076
Reservas de lucros	18b	67.404
Total do patrimônio líquido		129.480

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2025	2025	
Receitas da intermediação financeira		92.423	161.479	
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		92.423	161.479	
Operações de arrendamento mercantil	7	91.190	159.753	
Resultado com títulos de renda fixa		1.233	1.726	
Despesas da intermediação financeira		(43.451)	(71.981)	
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6	(1.348)	(12.307)	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(1.348)	(12.307)	
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		(42.103)	(59.674)	
Operações de empréstimos	13	(40.660)	(57.607)	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.443)	(2.067)	
Resultado bruto da intermediação financeira		48.972	89.498	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(16.350)	(35.318)	
Despesas de pessoal	21	(11.594)	(29.595)	
Outras despesas administrativas	22	(4.063)	(7.878)	
Despesas tributárias	23	(7.589)	(13.912)	
Outras receitas operacionais	23	10.310	21.460	
Outras despesas operacionais	24	(3.414)	(5.393)	
Resultado operacional		32.622	54.180	
Outras receitas e despesas participações sobre o lucro		1.819	9.229	
Resultado antes dos tributos e participações sobre o lucro		34.441	63.409	
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	17	(18.515)	(33.655)	
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	17	5.269	7.463	
Participações sobre o lucro		(1.074)	(1.074)	
Lucro líquido do semestre/exercício		20.121	36.143	
Lucro por ação em R\$		1,37	2,47	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2025	2025	
Lucro líquido do semestre/exercício		20.121	36.143	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Resultado abrangente do semestre/exercício		20.121	36.143	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2025	2025	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		20.121	36.143	
Lucro líquido do semestre/exercício		20.121	36.143	
Ajustes ao lucro líquido		141.956	268.497	
Depreciações e amortizações		124.199	251.459	
Insuficiência/(Superveniência) de depreciação IR e CSL diferidos	17	(5.269)	(7.463)	
IR e CSL Correntes	17	18.515	33.655	
Variação cambial/MTM de derivativos		641	9.228	
Variação cambial de empréstimos	13	3.241	(14.407)	
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(43)	(420)	
Provisão para obrigações diversas		2.817	2.179	
Apropriação de resultado de exercícios futuros (Reversão)/Constituição de perdas por redução ao valor recuperável de ativos (Ganho)/Perda na venda de ativos não financeiros		(2.680)	(12.901)	
Provisão de juros - conta garantida		-	165	
Receitas com valor proporcional de contraprestação a receber		(84)	(1.050)	
Baixa de licenças de uso - Blanco (Reversão)/Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	1.443	2.067	
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21		-	(162)	
Lucro líquido ajustado		162.077	304.640	
(Aumento)/Redução nas variações em ativos		(115.839)	(267.288)	
(Aumento)/Redução em Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(641)	(1.706)	
(Aumento)/Redução em Ativos financeiros ao custo amortizado		(160.437)	(260.925)	
(Aumento)/Redução em Outros ativos (Aumento)/Redução em Outros valores e bens (Aumento)/Redução em Ativos fiscais		3.654	6.348	
Aumento/(Redução) nas variações em passivos		36.172	58.103	
Aumento/(Redução) em Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.137	4.071	
Aumento/(Redução) em Passivos financeiros ao custo amortizado		35.379	67.757	
Aumento/(Redução) em Passivos fiscais		(17.168)	(8.535)	
Aumento/(Redução) em Outras obrigações		16.824	(5.190)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.015)	(26.357)	
Juros de empréstimos pagos	13	(33.853)	(67.518)	
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		31.542	1.580	
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Alienação/(Aquisição) de Imobilizado de arrendamento		2.585	(821)	
(Aquisição) de Móveis e equipamentos - Operacional	11	(796)	(15.104)	
Alienação de Móveis e equipamentos - Operacional		3.381	14.283	
Alienação/(Aquisição) de Imobilizado de uso		(66)	(323)	
(Aquisição) de Móveis e equipamentos de uso		(66)	(323)	
(Aquisição) de Intangível		-	(6)	
Sistema de processamento de dados		-	(6)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		2.519	(1.150)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Dividendos pagos	18c	(11.200)	(59.200)	
Captação de empréstimos	13	274.484	543.333	
Pagamento de empréstimos	13	(273.459)	(502.296)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(10.175)	(18.163)	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		23.886	(17.733)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	18.857	60.939	
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		43	(420)	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5	42.786	42.786	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		23.886	(17.733)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Reais mil

	Nota	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas estatutárias	Lucros acumulados	Total
Eventos						
Saldo em 31 de dezembro de 2024		62.076	9.933	80.757	(162)	152.766
Ajuste inicial na adoção da Res. CMN nº 4.966/21	2a	-	-	-	(162)	(162)
Saldo em 1º de janeiro de 2025		62.076	9.933	80.757	(162)	152.604
Reversão de distribuição de dividendos	18c	-	-	274	-	274
Distribuição de dividendos	18c	-	-	(59.200)	-	(59.200)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.143	36.143
Destinação de lucros:						
- Constituição de reservas de lucros	18b	-	1.799	33.841	(35.640)	-
- Distribuição de dividendos	18c	-	-	-	(341)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		62.076	11.732	55.672	-	129.480
Saldo em 30 de junho de 2025		62.076	10.726	48.098	-	120.900
Distribuição de dividendos	18c	-	-	(11.200)	-	(11.200)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	20.121	20.121
Destinação de lucros:						
- Constituição de reservas de lucros	18b	-	1.006	18.774	(19.780)	-
- Distribuição de dividendos	18c	-	-	-	(341)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		62.076	11.732	55.672	-	129.480

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Reais mil

1. Contexto Operacional: A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de junho de 2003, atualmente com sede na Alameda Rio Negro, 585 – 7º andar, Bloco A, Alphaville, Barueri/SP, controlada diretamente pela CSI Latina Financeira S.A., sediada nos Estados Unidos da América, e tem como controlador final a Tokyo Century Corporation, sediada no Japão. Tem por objeto social principal a prática das operações de arrendamento mercantil de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional, definidas pela Lei nº 6.099/74. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, sendo equiparada às instituições financeiras, sujeita às normas e aos controles do Banco Central do Brasil (BACEN), enquadrada no segmento S4.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Considerando a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 e normas complementares, que foram aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição optou por não apresentar os períodos comparativos, conforme dispensa prevista em seu art. 79. A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras: Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R1) – Pronunciamento conceitual básico; Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras; Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa; Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível; Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) – Arrendamentos; Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações; Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 – Eventos subsequentes; Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 – Ativo Imobilizado; Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados; Resolução BCB nº 2/20 – CPC 41 – Resultado por ação; Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo CMN. **A) Adoção de Novas Normas e Interpretações:** A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Lei nº 14.467/22, Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. **1. Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares:** Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros. A nova Resolução substitui as Resoluções e Circulares do Banco Central do Brasil (BACEN), que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999. A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificados e mensurados de acordo com os modelos de negócio estabelecidos para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a Resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a Instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento das seguintes matérias: Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no qual adotamos o modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento de tais perdas, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência; Mensuração de instrumentos financeiros; Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras; Reconhecimento de componentes materiais na taxa efetiva de juros; Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros; Instruções Normativas BCB nº 426/24 e nº 433/24, alteradas pelas Instruções Normativas BCB nº 493/24 e nº 500/24 e posteriormente alteradas pelas Instruções Normativas BCB nº 537/24 e nº 543/24, no qual impactou na mudança das contas e roteiros contábeis, adaptando a forma de registrar os ativos e passivos financeiros, bem como outras contabilizações. Foram feitas as mudanças a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as novas contas COSIF's, divulgadas por esse normativo. **I) Transição:** De acordo com o art. 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta Resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos em 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2025. **II) Demonstrações Comparativas - Impactos de correções da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e regras complementares:** Conforme estabelecido pelo normativo, as instituições devem divulgar os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre a posição financeira da Instituição. O quadro abaixo apresenta o impacto dos novos normativos frente as demonstrações financeiras na data-base de 31/12/2024:

Conciliação do Patrimônio Líquido	
	Em Reais mil
Patrimônio líquido antes dos ajustes provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 – 31/12/2024	152.766
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (liquida de efeitos fiscais)	(162)
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21 - 01/01/2025	152.604

III) Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21: Foram classificados conforme demonstrados nas notas explicativas. Não foi efetuada renormatização de ativos e passivos financeiros. **2. Lei nº 14.467/22:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467/22 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração. A Administração informa que não tem perda incorrida efetiva para tratamento na determinação do Lucro Real até o momento. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 27 de março de 2026.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas ao período apresentado nas demonstrações financeiras. As principais práticas contábeis são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto para as operações de empréstimos no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços nacionais e estrangeira de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras com possibilidade de resgate imediato e que não estão sujeitos a risco de mercado significativo. **c) Instrumentos Financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Instituição estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, quando aplicável, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos e no resultado do teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros) para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. **I) Avaliação dos modelos de negócios:** De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e dos termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: a) Obter fluxos de caixa contratuais; b) Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou c) Outros. Para avaliar os riscos de negócio, a Instituição considera a natureza, o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho dos modelos de negócios; e como o desempenho dos modelos de negócios é avaliado e reportado à Administração. **II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais referem-se exclusivamente ao pagamento de principal e dos juros (SPPI):** Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócio para obter fluxo de caixa contratual ou obter fluxo de caixa contratual e venda, é necessário realizar um teste de SPPI. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender a esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. **III) Custo Amortizado (CA):** Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. **IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Utilizado quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. **V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** Utilizado para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos nas categorias acima. **VI) Passivo Financeiro:** Conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto os instrumentos financeiros derivativos que sejam passivos, os quais foram classificados na categoria valor justo por meio do resultado. **VII) Taxa de Juros Efetiva (TJE):** É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro, ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos. A receita de juros é calculada aplicando-se ao valor contábil bruto do ativo financeiro, a taxa de juros efetiva e/ou a taxa contratual, a depender da data da origem. Referente as operações de arrendamento mercantil, classificadas na categoria custo amortizado, a Companhia optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origem ou na emissão do instrumento financeiro, por realizar o processo seguido o método de juros efetivos, para a devida apropriação; e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos custos materiais, conforme disposto no art. 13 da Resolução BCB nº 352/23. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" são avaliados ao valor de mercado, tendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. O valor justo destes instrumentos é classificado como de nível 2 e é obtido junto às instituições financeiras nas datas-base das demonstrações. **e) Operações de arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** **I) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme a Resolução BCB nº 352/23, a Companhia utiliza a metodologia de provisão para perda esperada simplificada por estar enquadrada



CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. - CNPJ nº 05.883.884/0001-93

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Reais mil

...continuação

A Companhia não aplica a contabilidade de "hedge".

c) Resultado

	2º Semestre 2025	31/12/2025
SWAP	-	(113)
NDF (a)	(1.348)	(12.194)
Total	(1.348)	(12.307)

(a) Refere-se principalmente aos resultados auferidos com 27 contratos com o objetivo de minimizar perdas cambiais decorrentes dos contratos de captação por empréstimos fixados em dólar (US\$).

7. Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

7.1. Operações de Arrendamento Mercantil

a) Segregação do valor presente da carteira por atividade econômica

	31/12/2025	
	Arrendamento Financeiro (a)	Arrendamento Operacional (b)
Sector privado	478.685	148.877
Indústria	256.553	72.715
Serviços	138.031	40.794
Comércio	73.881	26.801
Educação	590	-
Rural	3.635	7.806
Intermediários Financeiros	5.995	761
Total	478.685	148.877

(a) Não inclui o montante de R\$ 28.645, referente ao custo e R\$ 18.959 referente à depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento mercantil financeiro de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA e não inclui o valor de R\$ 22.839, contabilizado como ajuste de superveniência de depreciação que corresponde ao valor de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing"; e (b) No balanço patrimonial, o saldo de Operações de Arrendamento Mercantil Operacional é representado pelas operações vendidas (vide NE 7.1.b).

b) Distribuição da carteira por faixa de vencimento

	31/12/2025	
	Arrendamento Financeiro	Arrendamento Operacional
Vencidas acima de 14 dias	1.327	1.021
Vencidas até 14 dias	2.060	571
A vencer até 90 dias	67.662	31.224
A vencer de 91 a 360 dias	156.877	65.684
A vencer acima de 360 dias	250.759	50.377
Total	478.685	148.877

I) Arrendamento financeiro

	31/12/2025	
	Vencidas	A vencer
Ativos não problemáticos	2.793	472.192
De zero a 14 dias	1.558	458.672
De 15 a 30 dias	217	2.950
De 31 a 60 dias	770	8.133
De 61 a 90 dias	248	2.437
Ativos problemáticos inadimplidos	331	608
Menor que um mês	21	602
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	194	3
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	86	3
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	30	-
Ativos problemáticos não inadimplidos	263	2.498
Menor que 90 dias	263	2.498
Total	3.387	475.298

(a) Compreende as provisões para perdas esperadas de acordo com critérios próprios da Instituição e provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com a metodologia simplificada do BACEN.

II) Arrendamento operacional

	31/12/2025	
	Vencidas	A vencer
Ativos não problemáticos	1.408	146.419
De zero a 14 dias	511	143.884
De 15 a 30 dias	488	2.347
De 31 a 60 dias	409	188
De 61 a 90 dias	183	859
Ativos problemáticos inadimplidos	183	189
Menor que um mês	83	263
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	75	674
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	25	5
Ativos problemáticos não inadimplidos	7	7
Menor que 90 dias	7	7
Total	1.591	147.285

(a) Compreende as provisões para perdas esperadas de acordo com critérios próprios da Instituição.

III) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Arrendamento Financeiro		Arrendamento Operacional		Total
	31/12/2024 (a)	01/01/2025 (a)	31/12/2024 (a)	01/01/2025 (a)	
Perdas esperadas em 31/12/2024 (a)	3.715	2.956	6.671	6.671	6.671
Ajustes iniciais (b)	3.156	(2.886)	270	36	36
Perdas esperadas em 01/01/2025 (a)	6.871	70	6.941	36	6.941
Perdas esperadas adicionais	(174)	36	(111)	2.142	2.142
Componente de perda incorrida (Anexo I)	2.142	-	-	-	-
Componente de perda esperada (Anexo II)	8.839	169	9.008	-	9.008
Perdas esperadas em 31/12/2025 (a)	8.839	169	9.008	0	9.008

(a) Em nenhum dos períodos existem contratos renegociados ou reestruturados; e (b) Corresponde aos efeitos iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.966/21.

7.3. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2025
Circulante	2.642
Valor proporcional de contraprestação a receber (a)	2.642
Não Circulante	237
Valor proporcional de contraprestação a receber (a)	237
Total	2.879

(a) Saldo refere-se ao valor proporcional a receber dos clientes pelo uso antecipado dos bens objeto de contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas está assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

8. Outros Ativos

	31/12/2025
Circulante	44.246
Devedores diversos (a)	44.023
Adiantamentos	221
Impostos	2
Total	44.246

(a) Devedores Diversos referem-se substancialmente a valores a receber originados pelo encerramento de contratos junto aos clientes que exerceram a opção de compra dos bens e por valores faturados pelos fornecedores de bens que serão objeto de arrendamento.

9. Outros Valores e Bens

	31/12/2025
Circulante	4.089
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios (a)	3.321
Comissão de estruturação de captação	1.777
Comissão de origemação	592
Prêmio de seguros antecipados	26
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (b)	(1.776)
Outros	149
Total	2.590

(a) A rubrica "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios" refere-se basicamente a valores registrados como máquinas e equipamentos retornados ao final das operações de "leasing". Os bens recebidos foram registrados pelo seu custo de aquisição líquido de depreciação. Anualmente é realizado inventário físico e apuração do valor de mercado dos bens devolvidos pelos arrendatários que serão vendidos em mercado secundário; e (b) A legislação em vigor, em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 4.747/19, prevê a realização de Teste de "Impairment" (ou Teste de Recuperabilidade de Ativos), no mínimo, a cada exercício social. A essência do teste de recuperabilidade é evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que seu valor recuperável. A Companhia realizou teste detalhando a metodologia, premissas utilizadas e o resultado da avaliação dos ativos em relatório específico. Foram submetidos ao teste de recuperabilidade de 100% do estoque de equipamentos retornados das operações de "leasing", contabilizados como Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios que possuíam saldo contábil residual. Foi registrada provisão para redução ao valor recuperável de ativos

b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Juros Incorridos	Pagamentos	Pagamentos de Juros	Varição Cambial	Saldo em 31/12/2025
Empréstimos no País	361.070	213.909	55.396	(223.521)	(55.474)	-	351.380
Capital de Giro no País	-	202.922	2.592	(202.922)	(2.592)	-	-
Empréstimos no Exterior	131.340	110.479	8.392	(65.513)	(7.919)	(11.971)	164.808
Empréstimos no Exterior - Partes Relacionadas (NE nº 19)	20.145	16.023	1.542	(10.340)	(1.533)	(2.436)	23.401
Total	512.555	543.333	67.922	(502.296)	(67.518)	(14.407)	539.589

c) Resultado

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Operações de empréstimos	(37.419)	(72.014)
Outras rendas operacionais (Variação cambial ativa)	8.932	29.455
Outras despesas operacionais (Variação cambial passiva)	(12.173)	(15.048)
Total	(40.660)	(57.607)

c) Composição da carteira de operações de arrendamento mercantil por faixas de atraso

	31/12/2025			
	Arrendamento Financeiro	%	Arrendamento Operacional	%
Ativos não problemáticos	474.985	99,3	147.828	99,3
De zero a 14 dias	460.230	96,1	144.396	97,0
De 15 a 30 dias	3.167	0,7	-	-
De 31 a 60 dias	8.903	1,9	2.835	1,9
De 61 a 90 dias	2.685	0,6	597	0,4
Ativos problemáticos inadimplidos	939	0,1	1.042	0,7
Menor que um mês	623	0,1	263	0,2
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	-	-	749	0,5
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	197	-	-	-
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	-	-	30	-
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	89	-	-	-
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	30	-	-	-
Ativos problemáticos não inadimplidos	2.761	0,6	7	-
Menor que 90 dias	2.761	0,6	7	-
Total	478.685	100,0	148.877	100,0

d) Resultado de operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de arrendamento financeiro	134.505	237.417
Rendas de arrendamento operacional	81.417	172.632
Lucro na alienação de bens arrendados	2.086	7.422
Total	218.008	417.471

II) Despesas

	2º Semestre 2025	31/12/2025
(1) Despesa de arrendamento financeiro	(72.857)	(142.104)
(2) Despesa de arrendamento operacional	(52.772)	(112.818)
(3) Prejuízo na alienação de bens arrendados	(1.189)	(2.796)
Total	(126.818)	(257.718)

7.2. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 9,008, sendo R\$ 8.839 para Arrendamento Financeiro e R\$ 169 para Arrendamento Operacional. O risco de crédito com a carteira de arrendamento mercantil ao valor presente e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de arrendamento mercantil são calculados conforme estabelecido na Resolução BCB nº 352/23, estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	
	Arrendamento Financeiro	Arrendamento Operacional
Perdas esperadas adicionais (a)	7.554	7.554
Ativos problemáticos	6.445	6.445
Ativos não problemáticos	1.111	1.111
De zero a 14 dias	542	542
De 15 a 30 dias	456	456
De 31 a 60 dias	32	363
De 61 a 90 dias	21	208
Ativos problemáticos não inadimplidos	79	86
Menor que um mês	48	31
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	30	1
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	89	48
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	30	17
Ativos problemáticos não inadimplidos	2.761	922
Menor que 90 dias	2.761	922
Total	478.685	8.508

(a) Compreende as provisões para perdas esperadas de acordo com critérios próprios da Instituição e provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com a metodologia simplificada do BACEN.

II) Arrendamento operacional

	31/12/2025	
	Vencidas	A vencer
Ativos não problemáticos	1.408	146.419
De zero a 14 dias	511	143.884
De 15 a 30 dias	488	2.347
De 31 a 60 dias	409	188
De 61 a 90 dias	183	859
Ativos problemáticos inadimplidos	183	189
Menor que um mês	83	263
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	75	674
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	25	5
Ativos problemáticos não inadimplidos	7	7
Menor que 90 dias	7	7
Total	1.591	147.285

(a) Compreende as provisões para perdas esperadas de acordo com critérios próprios da Instituição.

III) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Arrendamento Financeiro		Arrendamento Operacional		Total
	31/12/2024 (a)	01/01/2025 (a)	31/12/2024 (a)	01/01/2025 (a)	
Perdas esperadas em 31/12/2024 (a)	3.715	2.956	6.671	6.671	6.671
Ajustes iniciais (b)	3.156	(2.886)	270	36	36
Perdas esperadas em 01/01/2025 (a)	6.871	70	6.941	36	6.941
Perdas esperadas adicionais	(174)	36	(111)	2.142	2.142
Componente de perda incorrida (Anexo I)	2.142	-	-	-	-
Componente de perda esperada (Anexo II)	8.839	169	9.008	-	9.008
Perdas esperadas em 31/12/2025 (a)	8.839	169	9.008	0	9.008

(a) Em nenhum dos períodos existem contratos renegociados ou reestruturados; e (b) Corresponde aos efeitos iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.966/21.

10. Ativos Fiscais

	2025
Não Circulante	14.400
Ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias (a)	14.400
Total	14.400

(a) O ativo fiscal diferido sobre adições temporárias foi constituído sobre Variação Cambial, Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de "Leasing", provisões administrativas e operacionais, Variação Cambial e Marcação a Mercado de Derivativos, tendo sua movimentação detalhada na nota explicativa nº 17b.

11. Imobilizado de Arrendamento

	31/12/2025	
	Saldo	Depreciação
Ativos não problemáticos	309.237	14.308
Máquinas e equipamentos	387.031	(195.883)
Veículos e afins	10.861	(7.453)
Outros arrendamentos	21.391	(10.129)
Total (a)	419.283	(213.465)

(a) Inclui o montante de R\$ 14.220, referente ao custo, e R\$ 4.065 de depreciação acumulada do imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens permanece com a Companhia.

b) Movimentação

	2025
Saldo em 1º de janeiro	309.237



halppoint_CANVA

FACILIDADES VERSUS PREJUÍZOS

GOLPES: CUIDADOS PARA SE PROTEGER

A era digital na qual vivemos traz muitas facilidades em nosso dia a dia, mas também nos coloca em situações capazes de gerar prejuízos das mais diversas ordens. Um dos mais comuns tem sido o prejuízo material, financeiro.

Com o crescimento dos bancos digitais e as facilidades para pagamento de contas e realização de transações, o comparecimento em agências físicas tem se tornado cada vez mais escasso. A pessoalidade com o funcionário do banco, com os agentes de instituições financeiras é cada vez menor.

Essa facilidade, se por um lado traz comodidade e agilidade, por outro também é uma porta aberta para a atuação dos golpistas. Aproveitando-se da falta de atenção do público em geral, que já está acostumado a realizar suas operações online e de forma automática, os oportunistas encontram um ambiente propício para sua atuação ilícita.

Faça o teste. Antes de concluir qualquer pagamento, você sempre confirma os dados da transação, como valor e beneficiários?

Muitos não se atentam a isso, o que abre espaço para que golpes sejam aplicados sem qualquer desconfiança da vítima.

Mas como podemos nos precaver?

Existem algumas dicas que podem ajudar a quem quer se resguardar de uma eventual fraude. De acordo com a Serasa e o Banco Central do Brasil, alguns pontos merecem atenção redobrada:

1 Os 3 primeiros dígitos que estão contidos no código de barras do boleto correspondem ao banco emissor, portanto se iniciado com 001 se refere ao Banco do Brasil, por exemplo. Se iniciado com 033 se refere ao Banco Santander, e assim por diante. Desse modo, o código do banco que inicia a sequência numeral deve ser do mesmo do banco que emitiu o boleto;

2 Antes de concluir a operação, verifique se os dados do beneficiário estão corretos (nome, CNPJ). Aquele be-



Vivien Aviles Pesce

“Aproveitando-se da falta de atenção do público em geral, que já está acostumado a realizar suas operações online e de forma automática, os oportunistas encontram um ambiente propício para os golpes.

neficiário que aparece no título é a pessoa/empresa para quem você acreditava estar fazendo o pagamento?

3 Sempre emita boletos de fontes confiáveis, com sites e aplicativos oficiais do fornecedor do serviço/produto. Desconfie de boletos enviados por WhatsApp, de números sem verificação ou provenientes de e-mails que não são o canal oficial de comunicação do fornecedor. Na dúvida, sempre questione a veracidade do boleto ao real credor, por meio de fontes oficiais.

4 Nunca passe seus dados pessoais ou bancários para terceiros;

5 Cuidado com recebimento de ligações e SMS indicando existência de dívidas ou recebimento de valores. Nesses casos sempre entre em contato com o Banco de origem, pelos canais oficiais disponíveis no site do Banco Central;

6 Nos casos de empréstimo, jamais adiantar qualquer valor, especialmente em conta de pessoas físicas. Não existe previsão/orientação das instituições financeiras nesse sentido para liberação dos valores

7 Cuidado com ofertas muito atrativas, elas costumam não ser reais. Nesse caso, consulte o Banco Central.

Para auxiliar melhor essa questão, e evitar prejuízos futuros, o Banco Central criou O BC Protege+ que é um serviço gratuito que reforça a segurança contra fraudes no sistema financeiro.

Com ele, tanto pessoa física ou jurídica, informam aos bancos que não desejam abrir novas contas naquele momento, de modo que não autorizam serem incluídas como titular ou representante em contas de terceiros.

Assim, antes de abrir qualquer conta, as instituições financeiras são obrigadas a consultar o sistema e verificar se a conta pode ser aberta ou não em nome de quem solicita.

O serviço pode ser ativado ou desativado a qualquer momento e funciona como uma camada extra de proteção contra fraudes de identidade, ajudando a evitar a abertura de contas e a contratação indevida de produtos financeiros em nome da vítima.

Sempre que existir dúvida, não efetue o pagamento e busque esclarecimento junto ao Banco Central do Brasil ou na sua agência bancária. Se o golpe infelizmente já se concretizou, procure realizar um Boletim de Ocorrência e, caso necessário, consulte um advogado para verificar as alternativas legais cabíveis no seu caso.

(Fonte: Vivien Aviles Pesce é Advogada na Mandaliti advogados com mais de oito anos de experiência em contencioso cível, com atuação estratégica na condução de processos judiciais, análise de riscos e gestão de demandas em Juizados Especiais e Justiça Comum).



eopleimages.com_YunAcuris_CANVA